

O que é Cidade

Raquel Rolnik

Editora Brasiliense – Série Primeiros Passos - 84pg, São Paulo, 1988.

INTRODUÇÃO

Quando, no alto das montanhas de Machu Picchu, pisamos nas pedras da cidade, uma emoção forte se apodera de nós. Esta estranha sensação anuncia do deserto as sete portas da muralha de Jerusalém. Quem, do avião, vê São Paulo que se avizinha, perde a respiração ao perceber-se perto das centenas de torres de concreto e luzes da cidade. Que fenômeno é este capaz de se fazer sentir no corpo de quem dele se aproxima?

O viajante de muitos tempos e lugares reconhece em seu caminho os vestígios da proximidade com a cidade. Sobre montanhas, rios e pedras da natureza primeira se implanta uma segunda natureza, manufaturada, feita de milhares de pelas geométricas. Fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza.

Ela nasce com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza: para fixar-se em um ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território.

Imbricada portanto com a natureza mesma da cidade está a organização da vida social e conseqüentemente a necessidade de gestão da produção coletiva. Indissociável à existência material da cidade está sua existência política.

Desde sua origem, como local cerimonial, é na cidade também que se localizam os templos, onde moram os deuses capazes de garantir o domínio sobre o território e a possibilidade de gestão de vida coletiva.

Centro e expressão de domínio sobre um território, sede do poder e da administração, lugar da produção de mitos e símbolos — não estariam estas características ainda presentes nas metrópoles contemporâneas? Cidades da era eletrônica, não seriam suas torres brilhantes de vidro e metal os centros de decisão dos destinos do Estado, país ou planeta? Não seriam seus out-doors, vitrinas e telas de TV os templos dos novos deuses?

Certo, não há mais muralhas; ao contrário da cidade antiga, a metrópole contemporânea se estende ao infinito, não circunscreve nada senão sua potência devoradora de expansão e circulação. Ao contrário da cidade antiga, fechada e vigiada para defender-se de inimigos internos e externos, a cidade contemporânea se caracteriza pela velocidade da circulação. São fluxos de mercadorias, pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras, subjugando territórios.

De Babel a Brasília, como surgiu e se transformou a cidade? O próprio espaço urbano se encarrega de contar parte de sua história. A arquitetura, esta natureza fabricada, na perenidade de seus materiais tem esse dom de durar, permanecer, legar ao tempo os vestígios de sua existência. Por isso, além de continente das experiências humanas, a cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história.

Ao escrever este livro não é nossa intenção apresentar uma sistematização da história da cidade, mas sim, tomando alguns exemplos de diferentes formas do fenômeno urbano, refletir a respeito de sua natureza, origem e transformação.

Na primeira parte do livro partimos em busca de uma definição de cidade. Usando referências a cidades bastante diferentes entre si, procuramos apontar para aquilo que é essencial e comum a todas elas.

A segunda parte do livro é dedicada à cidade capitalista — sua origem, movimentos internos, conflitos e contradições. Estaremos neste capítulo mais próximos das cidades conhecidas, que percorremos em nosso dia-a-dia: a grande e explosiva cidade industrial ou a metrópole informatizada de um futuro presente.

Finalmente, breves indicações para leituras subseqüentes fecham o livro sugerindo — esperamos — futuros vôos.

DEFININDO A CIDADE

Quando, ao decidir escrever este livro, me perguntei o que é cidade, a primeira imagem que me veio à cabeça foi São Paulo, a metrópole que se perde de vista. Pensei na intensidade de São Paulo, feita do movimento incessante de gente e máquinas, do calor dos encontros, da violência dos conflitos. Milhares de habitantes. Milhões. Mas logo me ocorreu uma dúvida:

não seriam esse ritmo e essa intensa concentração, para mim tão sinônimos de urbano, próprios apenas das metrópoles, as cidades que anunciam o século XXI?

Pensei então em outras cidades, de outros tempos e lugares — Babilônia, Roma, Jerusalém — cidades amuralhadas, de limites precisos, cujas portas permitiam ou bloqueavam o contacto com o mundo exterior. Pensei então na ironia de Wall Street, a rua do muro que limitava a cidade de Nova Iorque, no século XVII, transformando-se no centro do mercado financeiro internacional, símbolo de um mundo onde as cidades não têm fim. No início da história americana, quem se dirigia a Nova Iorque deparava-se com seus portões. Hoje esta possibilidade não existe mais: não se está nunca diante da cidade, mas quase sempre dentro dela.

O espaço urbano deixou assim de se restringir a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, a predominância da cidade sobre o campo. Periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas movimento incessante de urbanização. No limite, este movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo.

Diante de fenômenos tão diferentes como as antigas cidades muradas e as gigantescas metrópoles contemporâneas, seria possível definir cidade?

Na busca de algum sinal que pudesse apontar uma característica essencial da cidade de qualquer tempo ou lugar, a imagem que me veio à cabeça foi a de um ímã, um campo magnético que reúne e concentra os homens.

A cidade como um ímã

Isto mesmo, a cidade é antes de mais nada um ímã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia. Assim foram os primeiros embriões de cidade de que temos notícia, os zigurates, templos que apareceram nas planícies da Mesopotâmia em torno do terceiro milênio antes da era cristã.

A construção do local cerimonial corresponde a uma transformação na maneira de os homens ocuparem o espaço. Plantar o alimento, ao invés de

coletá-lo ou caçá-lo implica definir o espaço vital de forma mais permanente. A garantia de domínio sobre este espaço está na apropriação material e ritual do território. E assim, os templos se somam a canteiros e obras de irrigação para constituir as primeiras marcas do desejo humano de modelar a natureza.

A técnica do tijolo cozido, material de que eram feitos os zigurates, possibilitava esta nova maneira de pensar o habitat. Da justaposição dos materiais tal como eram encontrados na natureza, a arquitetura passava à livre composição de formas.

O tijolo, por ser uma unidade geométrica simples e padronizada, possível de ser produzida em escala, permite enorme facilidade na realização física das formas imaginadas, possibilitando que o ambiente seja fabricado conforme os desígnios humanos.

O templo era o ímã que reunia o grupo. Sua edificação consolidava a forma de aliança celebrada no cerimonial periódico ali realizado. Deste modo, a cidade dos deuses e dos mortos precede a cidade dos vivos, anunciando a sedentarização. ,

A Bíblia se refere a esta passagem na história quando nos relata a experiência da Torre de Babel: os descendentes de Noé, sobreviventes do dilúvio, decidem se fixar numa planície na terra de Sinear e ali, utilizando tijolos cozidos, edificar uma cidade e uma torre "cujo topo chegue até aos céus". Quando iniciam o empreendimento, sobrevêm o castigo: as línguas se embaralham, as nações se dividem.

A vingança é a resposta divina ao desafio representado pela torre. Aquela maneira de construir possibilitava aos homens a realização de sua pretensão a criadores de uma outra natureza, artificial, sobre a natureza primordial e unitária que era obra divina.

O empreendimento das novas construções implicava a existência de um trabalho organizado, o que por sua vez estabelecia a necessidade de alguma forma de normalização e regulação internas. Assim, os construtores de templos, ao mesmo tempo que fabricavam um habitat sobre a natureza primeira, se organizavam enquanto organização política, lançando-se conjuntamente em um projeto de dominação da natureza.

No castigo divino, embaralhar as línguas era impossibilitar a comunicação entre os homens, fundamental para a existência de um trabalho

organizado, e com isso inviabilizar a realização da obra coletiva.

Foi então que Babel, surgida para reunir os homens, impedindo que se espalhassem por toda a Terra, acabou por separá-los.

O mito de Babel expressa a luta do homem por seu espaço vital, no momento de sedentarização. O final da alegoria — a divisão irremediável dos homens em nações — aponta para a constituição da cidade propriamente dita. Esta será a cidadela, em guerra permanente contra os inimigos, na defesa de seu território.

A cidade como escrita

Como vimos anteriormente, a grande construção feita de milhares de tijolos marca a constituição de uma nova relação homem/natureza, mediada pela primeira vez por uma estrutura racional e abstrata. É evidente o paralelismo que existe entre a possibilidade de empilhar tijolos, definindo formas geométricas, e agrupar letras, formando palavras para representar sons e idéias. Deste modo, construir cidades significa também uma forma de escrita. Na história, os dois fenômenos — escrita e cidade — ocorrem quase que simultaneamente, impulsionados pela necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo.

A cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho, se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato.

O excedente é, ao mesmo tempo, a possibilidade de existência da cidade — na medida em que seus moradores são consumidores e não produtores agrícolas — e seu resultado — na medida em que é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada. Ali são concebidas e administradas as grandes obras de drenagem e irrigação que incrementam a produtividade da terra; ali se produzem as novas tecnologias do trabalho e da guerra. Enfim, é na cidade, e por meio da escrita, que se registra a acumulação de riquezas, de conhecimentos.

Na cidade-escrita, habitar ganha uma dimensão completamente nova, uma vez que se fixa em uma memória que, ao contrário da lembrança, não se dissipa com a morte. Não são somente os textos que a cidade produz e contém

(documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também este papel.

O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isto que as formas e tipologias arquite-tônicas, desde quando se definiram enquanto habitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto.

Isto fica claro quando percorremos alguns sítios históricos: quem vai, por exemplo, a Machu Picchu, ruína do império inça no Peru, lê um texto que fala do povo quíchua e de seu mundo. Ao mesmo tempo, o abandono e destruição da cidade revela a dominação daquele espaço pêlos europeus, deixando de ser um espaço vivo para se transformar somente em traço da memória.

Em Salvador ou Ouro Preto, cidades ainda vivas, os símbolos e significados do passado se interceptam com os do presente, construindo uma rede de significados móveis. Sua decifração é, conseqüentemente, mais complexa. Assim, é bastante comum nas cidades brasileiras encontrarmos construções luxuosas, palacetes, que se transformaram em cortiços, casas-de-cômodos ou pensões. Costuma-se dizer que estes espaços se "deterioraram", ou seja, perderam seu significado de opulência e poder (palácio) para se tornarem símbolo de marginalidade ou pobreza. O casarão, desenhado, construído e habitado pêlos ricos, fazia parte e contribuía para definir como "nobre" a zona onde se situava. Da mesma maneira o cortiço provoca a "de-cadência" do bairro, diminuindo seu valor de mercado e portanto afugentando tudo aquilo que se identifica como "elegante". A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social: quando os cortiçados transformam o palacete em maloca estão, ao mesmo tempo, ocupando e conferindo um novo significado para um território; estão escrevendo um novo texto. É como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual se montam e desmontam palavras e frases.

É esta dimensão que permite que o próprio espaço da cidade se encarregue de contar sua história. A consciência desta dimensão na arquitetura levou a que hoje se fale muito em preservação da memória coletiva, através da conservação de bens arquetônicos, isto é, da não demolição de construções antigas. Trata-se de impedir que estes textos sejam apagados, mesmo que,

muitas vezes, acabem por servir apenas à contemplação, morrendo assim para a cidade que pulsa viva, ao redor.

"Civitas": a cidade política

Ao pensar a cidade como imã, ou como escrita, não paramos de relembrar que construir e morar em cidades implica necessariamente viver de forma coletiva. Na cidade nunca se está só, mesmo que o próximo ser humano esteja para além da parede do apartamento vizinho ou num veículo no trânsito. O homem só no apartamento ou o indivíduo dentro do automóvel é um fragmento de um conjunto, parte de um coletivo.

Hoje, este conjunto se define como massa, aglomeração densa de indivíduos cujos movimentos e percursos são permanentemente dirigidos. Isto é bem claro, por exemplo, no movimento dos terminais de transporte, em horas de pico, ou na saída de um jogo de futebol.

Na verdade esta regulação de fluxos está presente o tempo todo no cotidiano das cidades: são o semáforo e a faixa de pedestres, as entradas de serviço e social nas portarias dos edifícios, as filas de ônibus, os impostos urbanos etc. São regulamentos e organizações que estabelecem uma certa ordem na cidade definindo movimentos permitidos, bloqueando passagens proibidas.

Mesmo quando não se trata de massa, quando falamos em cidades menores estão presentes a concentração, a aglomeração de indivíduos, e conseqüentemente a necessidade de gestão da vida coletiva. Esta questão se coloca até para a vida urbana mais simples e rudimentar: mesmo numa cidade perdida nos confins da história ou da geografia há pelo menos uma calçada ou praça que é de todos e não é de ninguém, há o lixo que não pode se acumular nas ruas nem pode ser simplesmente enterrado no jardim, há a igreja ou o templo a construir e manter, enfim há sempre na cidade uma dimensão pública de vida coletiva, a ser organizada. Da necessidade de organização da vida pública na cidade, emerge um poder urbano, autoridade político-administrativa encarregada de sua gestão. Sua primeira forma, na história da cidade, é a de um poder altamente centralizado e despótico: a realeza.

A base do poder do rei é a guerra. Através dela se conquista e se

defende o território, através dela o monarca mantém seu poder, controlando seus súditos. A cidade da realeza é a cidadela: recinto murado e fortificado onde se encontram o palácio, o templo e o silo. É da cidadela que se dirigem os grandes trabalhos de construção, se contabilizam a produção e os tributos, se comanda a guerra. Sua manutenção provém do trabalho de todos os súditos — por isso quem é morador da cidade está ao mesmo tempo protegido e compelido por suas muralhas.

Na cidadela são os reis, sacerdotes, guerreiros e escribas que ocupam a posição central; ao seu redor estão os artesãos, empregados camponeses e escravos. A divisão do trabalho (administração do excedente alimentar, comando da guerra, diálogo com os deuses, produção artesanal, produção agrícola, etc.) produz e repõe uma hierarquia que se expressa claramente em termos espaciais. A suntuosidade do palácio ou do templo, ao mesmo tempo que é signo desta hierarquia, é também sua razão de ser. Sua construção e manutenção implicam o reforço de uma organização baseada na exploração e privilégio, que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar em poder militar e este em dominação política. A origem da cidade se confunde portanto com a origem do binômio diferenciação social/centralização do poder. Este se coloca tanto internamente (para os vários grupos ou classes sociais da cidade em questão) quanto externamente, na conquista e ordenação dos territórios sob seu poder.

A relação morador da cidade/poder urbano pode variar infinitamente em cada caso, mas o certo é que desde sua origem cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política. Assim, ser habitante de cidade significa participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos.

De todas as cidades é provavelmente a polis, Cidade-Estado grega, a que mais claramente expressa a dimensão política do urbano. Do ponto de vista territorial uma polis se divide em duas partes: a acrópole, colina fortificada e centro religioso, e a cidade baixa, que se desenvolve em torno da agora, grande local aberto de reunião. No entanto, se perguntássemos a um grego da época clássica o que era polis, provavelmente esta não seria sua definição: para ele a polis não designava um lugar geográfico, mas uma prática política

exercida pela comunidade de seus cidadãos.

Da mesma forma se refeririam os romanos à civitas, a cidade no sentido da participação dos cidadãos na vida pública. Se no caso da polis ou da civitas o conceito de cidade não se referia à dimensão espacial da cidade e sim à sua dimensão política, o conceito de cidadão não se refere ao morador da cidade, mas ao indivíduo que, por direito, pode participar da vida política. No caso das cidades-Estado gregas a cidadania estava relacionada à propriedade de lotes agrícolas no território abarcado pela cidade. Assim, escravos, estrangeiros e mulheres, apesar de habitantes de cidade, não participavam das decisões a respeito de seu destino. A agora ou a cidadela, de maneiras diversas, marcam a centralidade do poder na cidade e sua visibilidade; marcam assim as regras do jogo do exercício da cidadania. A centralidade e separação do poder urbano aparecem redefinidas na polis grega. A ágora representa um poder que, retirado das mãos do rei único, isolado na cidadela, se reparte entre os aristocratas. Em termos territoriais a, democratização deste poder aparece na grande praça onde os cidadãos participam diretamente (a ágora), centro do poder urbano que se separa do templo das divindades e se aproxima do mundo dos homens.

Poderíamos continuar apontando a centralidade do poder urbano no desenho de outras cidades: na regularidade da Plaza de Armas, centro da cidade colonial hispano-americana; na praça da Igreja das vilas medievais, nos palácios e monumentos da cidade barroca. No entanto, se pensarmos nas grandes metrópoles contemporâneas, seria possível ainda se falar em centralidade do poder? Los Angeles ou Tóquio, cidades sem centro, ou cidades multicentradas como Nova Iorque ou São Paulo, onde não existe mais um lugar específico, identificado como sede do poder, seriam manifestações de um novo poder urbano, descentralizado?

Ao que parece estamos diante de um paradoxo: nestas metrópoles acentradas por excelência do ponto de vista espacial, nunca o poder urbano foi tão centralizado — a instantaneidade do computador e da imagem do vídeo permitem a existência de sistemas de controle organizados em estruturas fortemente centralizadas e hierarquizadas, sem que isso implique necessariamente concentração espacial.

Assim, tudo o que acontece na cidade — da produção e distribuição de

mercadorias às biografias burocráticas dos cidadãos — pode ser registrado e controlado instantaneamente e à distância. Basta que, via satélite e com a velocidade do computador, as informações passem de um banco de dados a outro. Assim, o poder urbano, outrora fixado nas pedras do palácio, tornou-se menos visível, travestido em emissão eletrônica desprovida de dimensões espaciais. Por isto, mesmo na grande metrópole sem centro, podemos dizer que ser habitante da cidade é estar ao mesmo tempo protegido e reprimido por suas muralhas.

Até agora nos referimos à dimensão política da cidade como o exercício de dominação da autoridade político-administrativa sobre o conjunto dos moradores. No entanto, há uma luta cotidiana pela apropriação do espaço urbano que define também esta dimensão. Isto fica mais visível durante as grandes manifestações civis, quando o espaço público deixa de ser apenas cenário da circulação do dia-a-dia para assumir o caráter de civitas por inteiro. Por exemplo, na campanha das diretas-já, a Praça da Sé ou a Cinelândia se tornaram o grande símbolo do desejo de cidadania que tomava conta do país.

Na passeata, comício ou barricada a vontade dos cidadãos desafia o poder urbano através da apropriação simbólica do terreno público. Nestes momentos, assim como nas festas populares como o carnaval ou as festas religiosas, as muralhas invisíveis que regulam a cidade, mantendo cada coisa em seu lugar e comprimindo a multidão do dia-a-dia, se salientam pela ausência. Quando o território da opressão vira cenário de festa, é a comunidade urbana que se manifesta como é: com suas divisões, hierarquias e conflitos, assim como com suas solidariedades e alianças.

Na hora do rito, isso vem à tona; mas no dia-a-dia tudo isso está presente, subjacente, nos gestos e palavras cotidianas dos habitantes da cidade.